

Formação continuada de professores da EJA

Dalimara Conceição da Silva Gonçalves*

Resumo

O estudo apresenta a necessidade da formação continuada para o exercício do docente, sugere uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos. A importância da formação para a qualidade do ensino, independente do nível de escolaridade. E de acordo com essas necessidades, esse educador terá de buscar conhecer cada vez mais a realidade dos seus educando para que a educação ocorra dentro dos parâmetros de qualidade, proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 e Parecer CNE 11/2000. A formação entende-se como processo permanente de desenvolvimento, que exige do professor disponibilidade para a aprendizagem ao longo do exercício de sua profissão.

Palavras-chave: Formação continuada. Qualificação docente. EJA.

Introdução

A formação continuada de professores, por vezes chamada de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento profissional ou capacitação, vem assumindo formatos diferenciados em relação aos objetivos, conteúdos, tempo de duração, desde um único curso rápido até programas que se estendem por alguns anos e modalidades, presencial ou à distância, direta ou por meio de multiplicadores.

* Aluna do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), em 2010.

O desenvolvimento profissional do professor da EJA requer um processo constante e contínuo de estudo, reflexão, discussão, confrontação e experimentação coletiva, para o qual é necessário não só que as instituições assumam a responsabilidade de propiciar as condições institucionais e materiais, mas que o professor tome para si a responsabilidade por sua formação.

De forma geral e em particular a formação do Educador de Jovens e Adultos, enquanto ação permanente, construída ao longo da vida, através de percepções diárias da realidade onde o educador está inserido e da percepção das mudanças pelas quais o mundo está passando, é uma das exigências para essa modalidade de ensino.

A formação continuada é necessidade intrínseca para os profissionais da educação escolar e faz parte de um processo permanente de desenvolvimento profissional que deve ser assegurado a todos. A formação continuada deve propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. Porém, um processo de reflexão exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos. Isso pressupõe que a formação continuada estenda-se às capacidades e atitudes e problematize os valores e as concepções de cada professor e da equipe.

No campo da EJA, é importante sistematizar indicações para formadores e pesquisadores que se encontram nesse território, proporcionando desafios e impasses inerentes à tematização da formação de educadores de jovens e adultos.

Atuando na EJA, encontram-se professores que, majoritariamente, não contaram em sua formação inicial com cursos e disciplinas voltadas para a atuação em processos de aprendizagem de pessoas jovens e adultos, e que apoiam suas práticas em saberes construídos na experiência, na docência e como aprendizes.

Ribeiro (1999) reitera a necessidade de os estudos acadêmicos passarem a concentra-se na produção e na sistematização de conhecimentos que contribuam no plano teórico para a constituição da EJA enquanto campos pedagógicos e, conseqüentemente, para a formação de seus educadores.

Conhecer de que forma os saberes docentes são apropriados, modificados e mobilizados na prática pedagógica pode contribuir para a construção de propostas formativas que considerem esses saberes e a sua constituição como o ponto de partida dos projetos de formação, valorizando

os professores e educadores como produtores de conhecimentos. Também interessa saber quais objetos de ensino esses educadores selecionam, que concepções orientam as escolhas sobre o que se considera relevante ensinar e aprender e a própria ação didática junto aos jovens e adultos.

Os educadores precisam de conhecimentos e saberes para lidarem com problemáticas mais amplas que dizem respeito à compreensão de como as práticas e relações sociais se operam, reconhecendo a pluralidade cultural e as relações de poder imbricadas na educação e na docência. Desse ponto de vista, a formação deveria ultrapassar as demandas instrumentais do campo de atuação profissional e fins meramente pragmáticos, implicando promover aprendizagens nas quais se favoreça o desenvolvimento de discussões diante de complexos produzidos e que circulam socialmente.

O contexto da formação docente

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem com bastante força na formação dos professores, aumentando os desafios para que se conquiste democraticamente o saber.

Assim, o saber sistematizado, com densidade epistemológica, pode ser adquirido em cursos, treinamentos e capacitações. A formação docente vai se construindo com o saber adquirido na teia das relações historicamente determinadas, que vão construindo questionamentos, convicções e compromissos. Por isso, não há como fugir de uma análise da inserção do professor na sociedade, abordando todas as dimensões de seu papel, atribuído ou conquistado, que recebe intervenção direta no seu processo de formação.

A teia das relações historicamente determinadas, conforme citado anteriormente, construída não apenas na formação inicial, mas sobretudo no exercício da profissão, vai passando pelo processo de reconfiguração, pois o cotidiano não dá conta de reelaborar a prática, se não estiver respaldado num referencial teórico. É a partir desta necessidade de aprendizagem permanentemente, que as mudanças pessoais e profissionais vão se tecendo.

Para Libâneo (2008), formação inicial e formação continuada se complementam.

O termo formação continuada vem acompanhada de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à

formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional, teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (p.227).

Nenhum educador é capaz de reconfigurar seus saberes até o momento em que lhe são apresentadas novas teorias. Logo, a formação é fator determinante para a qualidade da prática docente mas, certamente, o processo não se esgota na formação inicial. Ele necessita continuar durante todo o exercício profissional, ou seja, é necessária a formação permanente, independente do nível de escolaridade, ou a modalidade que o professor está atuando.

Uma formação permanente, que se prolonga por toda a vida torna-se crucial numa profissão que lida com a transmissão e internalização de saberes e com a formação humana, numa época em que se renovam os currículos, introduzem-se novas tecnologias, acentuam-se os problemas sociais e econômicos, modificam-se os modos de viver e de aprender, reconhece-se a diversidade social e cultural dos alunos. (Idem)

A esse respeito, Haddad (2005, p.191 e 192) afirma que a “Educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser (...)”

A relevância que a temática formação continuada tem para o contexto educacional não é compatível com o volume de pesquisas que o universo acadêmico brasileiro vem desenvolvendo, conforme afirma André et al. (1999):

Os estudos sobre formação continuada analisam proposta de governo ou de Secretarias de Educação (43%), programas ou cursos de formação (21%), processo de formação em serviço (21%) e questões da prática pedagógica (14%). Embora o número de estudos sobre formação continuada seja relativamente pequeno, abrangendo 14,8% do total de trabalhos sobre formação docente, os aspectos focalizados são bastante variados, incluindo diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, adultos).

Embora a formação continuada não esteja ocupando lugar de destaque no universo de pesquisas acadêmicas, nem no contexto real das políticas educacionais que vem sendo implementadas de maneira efetiva nas unidades escolares, o seu valor não é reduzido, quando se pensa na qualidade do ensino. O descaso que esta formação sofre no contexto maior pode ser percebido nas ações dos docentes, que, em sua grande maioria, só vêm com bons olhos a formação continuada quando vislumbram possibilidades de melhorias salariais.

Ao ensinar a produção de conhecimento que instrumentalize o professor para pensar criticamente sua profissão, a formação continuada será uma ação catalisadora do pensamento, dos valores e crenças compartilhadas pelos professores e a comunidade escolar, na definição das intenções que orientem sua prática docente, as quais devem consubstanciar sua intervenção no projeto político-pedagógico.

A profissão docente agrupa elementos teóricos com situações práticas reais. A falta de sincronia entre na educação formal, entre o prático e o teórico estabelece um descompasso que culmina na má qualidade do ensino.

A educação voltada para os jovens e adultos vem, de forma acelerada, ocupando um espaço cada vez mais importante no contexto educacional brasileiro. Com o advento das novas relações no mundo do trabalho, a EJA passou a ser uma modalidade de ensino que vem recebendo atenção especial como elemento de formação e de requalificação profissional.

Após a promulgação da LDB 9394/96, a EJA vem recebendo olhares mais abrangentes, sendo objeto de pesquisa nos mais variados contextos e tornado foco principal de inúmeras políticas educacionais em nível nacional e internacional. Muitos projetos vem sendo implementados na tentativa de resgatar a dívida social construída ao longo da história brasileira.

A referida LDB 9394/96 já trouxe a preocupação com a qualidade do ensino, envolvendo diretamente a formação do professor e o reconhecimento dos saberes discentes:

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

IX- Garantia de padrão de qualidade.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 2º **Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos** mediante exames. (Grifo meu)

A referida LDB (9.394/96) trata da formação dos docentes, aponta a responsabilidade das diversas esferas com estas formações entendendo a imbricação que existe entre formação profissional e qualidade da prática.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, [...]

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que possui uma clientela com saberes tácitos, senso comum aguçado, necessita de oportunidades educacionais apropriadas, levando em conta as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

Ribeiro (1999) propõe três temas-chave a serem incluídos na formação inicial e continuada dos educadores de jovens e adultos. Alguns deles coincidentes com os apontados acima: a dimensão política dessa prática, a funcionalidade das aprendizagens escolares para os jovens e adultos e a consideração das formas de pensamento que lhes são características e a necessidade de processo formativos que habilitem educadores a experimentar formas alternativas para a organização do ensino na EJA.

Estes apontamentos direcionam para a necessidade de uma formação específica para os profissionais que atuam e atuarão na modalidade EJA, independente do nível de escolaridade.

A política que integra a educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, projeto elaborado e implementado em período mais recente, busca a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica, que foi elaborada pelo Decreto nº 5.154/04 e alterado pelo Decreto nº 5.840/06, criando assim a Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), abrindo possibilidades de articulação entre o propedêutico e o técnico.

Diante de tantos desafios propostos na tentativa de superar as desigualdades educacionais, a formação inicial não dá conta de atender o crescimento das demandas que vêm surgindo na modalidade EJA, colocando diante do professor a necessidade de qualificar-se e requalificar-se permanentemente.

A formação inicial, por mais estruturada que seja, será sempre inicial por não dar conta nunca de atender as especificidades que surgem na EJA, dependendo do seu contexto e clientela.

Ribeiro (1999) destaca que a falta de formação específica dos educadores é um dos principais problemas das experiências educativas na EJA. Sendo assim, é preciso que os cursos de formação docente estejam atentos para possibilitarem ao futuro educador compreender que as diversidades da EJA ultrapassam o âmbito educacional estão além do chão da escola. Exigem uma percepção ampliada das questões de poder e hegemonia que discriminam culturas e reforçam desigualdades. Ao mesmo tempo seria importante que os cursos de formação de professores incentivassem os futuros docentes da EJA a atuarem de modo crítico, reflexivo e transformador, de forma a valorizar diversas culturas, reconhecendo, nelas, focos de força para o seu fazer pedagógico.

O problema de formação do educador de caráter exclusivamente pedagógico mostra-se inconsistente adquirindo relevância quando ligado à função desse educador como agente político no contexto da proposta de uma educação que una a atividade pedagógica às lutas das classes. (SILVA, 1995, p.13 e 14).

A preocupação com a formação do educador para atuar nesta modalidade de ensino aparece tanto na LDB 9394/ 96 quanto no Parecer 11/2000 do CNE que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA por nem sempre ser reconhecida como uma modalidade educativa que requer um profissional adequado para o seu exercício.

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (PARECER CNE/CEB 11/2000 – HOMOLOGADO, p. 56)

A formação de Educadores para a EJA apresenta-se numa dimensão mais ampla, assim esse novo patamar em que a discussão se coloca, relaciona-se à própria configuração do campo da educação de Jovens e Adultos.

O crescimento da EJA tem resultado na necessidade de ações voltadas para a formação de educadores com conhecimentos específicos nessa modalidade. Torna-se uma questão importante e desafiadora colocada para as Instituições voltadas para a formação docente. Eles precisam inserir os saberes pertinentes a EJA na formação inicial, o que na realidade não vem acontecendo. “A entrada da EJA nas universidades se deu pela porta da extensão, ocasionando com isso uma carência de prestígio e fragilidade nesse campo (OLIVEIRA, 2006).”

A formação de Educadores de Jovens e Adultos requer, portanto, a reflexão contínua da práxis pedagógica, favorecendo assim a constituição do educador-pesquisador. Há de se fortalecer ainda a formação de educadores de Jovens e Adultos que parta da diversidade de sujeitos, espaços e tempo, ambientes e contextos. E não se trata de qualquer formação, trata-se de formação inicial e continuada.

É necessário refletir sobre o tratamento que a formação continuada para EJA recebe no contexto educacional, para que esse papel não esteja submetido aos interesses mercadológicos. É fundamental que se discuta nos cursos de formação docente as concepções políticas, as mudanças “técnicas” necessárias, a flexibilização de tempo e currículo, enfim, uma formação que possibilite ao docente novas possibilidades de ensinar/aprender.

Considerando a diversidade cultural, social, econômica e cognitiva da modalidade EJA, a exclusão torna-se uma temática que necessita perpassar a formação continuada. A história dos alunos da EJA denuncia uma vivência de sucessivas exclusões não só do sistema regular de ensino, mas do contexto histórico em que vivem. Apesar de considerados como sujeitos excluídos do mundo letrado, os jovens e adultos têm uma leitura de mundo que os ajuda a se movimentarem na sociedade e a compreenderem os sinais que aí se produzem.

Sendo assim, trabalhar com jovens e adultos é estar aberto para conhecer seus educandos, é estabelecer junto a eles um projeto do que e como aprender. É saber que, apesar de estarmos aprendendo sempre, temos um papel diferenciado, somos orientadores do grupo, temos objetivos enquanto sujeitos educadores, objetivos que nos comprometeram na escolha de trabalho com EJA. Assim, temos propostas que devem ser sempre abertas, propostas que são mais intenções a serem perseguidas.

Com isso, o educador deve ser um agente de transformação social, comprometido também com os projetos de sociedade que estão sendo construídos, isto é, um sujeito também aprendiz da Educação no sentido amplo, que se dá pela inserção em todos os campos sociais, assim como estamos, enquanto sociedade, aprendendo a construir a democracia no país.

Considerações finais

Falar de EJA é reconhecer os diferentes grupos sociais que de alguma maneira sofreram ou sofrem algum tipo de exclusão pelo sistema educacional. Homens e mulheres que já construíram percepções, já têm suas estruturas mentais elaboradas a partir das quais compreendem o mundo, mas necessitam de formação que considerem seus saberes, suas características e não apenas isso, mas que também reconheçam esses saberes como válidos e dignos de serem reconhecidos.

Trabalhar com EJA é ter tudo isso em conta e saber o que ensinar e o porquê, levando em conta os saberes que estes educandos já têm, fazendo-os reconhecer estes múltiplos saberes, seu valor para a vida e seus limites. Este seria o ponto de partida para qualquer prática educativa em EJA: educadores e educandos se reconhecerem enquanto sujeitos portadores e produtores de cultura, de saberes. Reconhecerem o lugar de onde falam, a partir de suas trajetórias, das suas experiências, das suas crenças, desejos e aspirações. Reconhecerem-se, além disso, enquanto sujeitos coletivos, os aspectos comuns das suas trajetórias com os de outros colegas, sujeitos integrados em um processo histórico que ultrapassa nosso limite individual e nos identifica com classes sociais, com raças e etnias, com religiões, com gêneros, com partidos ou propostas políticas, com grupos sociais.

Dessa forma, o aspecto da ação pedagógica da formação dos educadores da EJA está na contramão do estabelecido pela lógica individualista e competitiva da sociedade atual. O que nos resta, sobretudo, entendermos que assim como os educandos da EJA, nós, educadores, também aprendemos ao longo da vida. É reconhecer que não se pode superar a ingenuidade, o senso comum sem assumi-los. São nos desafios da formação de educadores da EJA, que somos chamados a enfrentá-los e superá-los. Isso aponta para a necessidade da formação continuada, entendendo que cada experiência que o professor adquire com uma turma é sempre uma possibilidade de reconfiguração dos saberes docentes.

Portanto, é a partir disso que a escolarização se torna educação, quando está vinculada aos processos sociais mais amplos, nos quais a escola pode e deve ocupar este espaço privilegiado de reflexão acerca da vida: de todas as formas de organização humanas, de como as sociedades se organizam para manter, ampliar e qualificar a existência humana, das concepções e valores que orientam o modo de ser e agir, dos processos históricos, da ocupação do espaço geográfico, das relações sociais, das relações de poder, das diversas linguagens, do conhecimento do corpo físico. Ser sujeito, ser ator é fazer escolhas. É posicionar-se frente ao mundo e, ao posicionar-se, surge o compromisso.

Quando escolhemos ser educadores, professores de jovens e adultos, assumimos um compromisso que nem sempre está claro para nós. Fazer formação de professores em EJA necessita partir desta reflexão de quem somos, que visões de mundo, de educação de jovens e adultos temos, que desejos nos levam a interessarmos por esta área de atuação. É nos voltarmos para nós mesmos, é nos reconhecermos em nossa transitoriedade e inacabamento enquanto seres humanos. É saber da importância e da profundidade desta tarefa que é educar.

Por isso, a produção de práticas pedagógicas mais abrangentes para a Educação de Jovens e Adultos encontra na formação continuada um espaço de consolidação, onde é construída uma visão mais ampliada dessa modalidade educativa, em que ideias, saberes e experiências participam de um sistema interativo de trocas e diálogos.

Por fim, buscamos cursos de formação que proporcionem práticas reflexivas, nas quais cada um possa reconhecer-se como sujeito a partir de seus próprios pontos de vista. Talvez, com base nesses pareceres muito se possa construir um novo projeto, mais abrangente, mais crítico, que ultrapasse o mundo individual de cada um. Um planejamento coletivo que nos permita crer num mundo melhor, mais justo e igualitário.

Referências

ANDRÉ, Marli et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 68, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília: MEC. SEF, 1995. (Versão Preliminar).

_____. *Decreto n° 5478 de 24 de junho de 2005.*

_____. *Decreto n° 5.154 de 23 de julho de 2004.*

_____. *Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

_____. *Parecer CNE/CEB n° 11/2000*, aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

FREIRE, P. R. N. *Educação e atualidade brasileira.* Tese (Concurso para a cadeira de história e filosofia da educação) - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, [1959?].

HADDAD, Sergio. Educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org). *Educação de Jovens e Adultos: novos Leitores, novas Leituras.* Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática.* 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

RIBEIRO, V. M. M. A formação de Educadores e a constituição da Educação de Jovens e Adultos como Campo Pedagógico. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.

SILVA, Rinalva. *Educação: a outra qualidade.* Piracicaba: Unimep, 1995.

